

Foto: Prefeitura de Colatina



SUMÁRIO EXECUTIVO

Microrregião Centro-Oeste

Parte da coletânea de resumos das microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão
Pública

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

REITOR UFES

Paulo Sérgio de Paula Vargas

REITOR IFES

Jadir Jose Pela

COORDENADOR REGIONAL

Coordenação Geral
Érika de Andrade Silva Leal

Coordenação Adjunta
Leandro de Souza Lino

Gestão Técnica e Financeira
Bruno Faé

Produção de texto, Estruturação e
Revisão dos Diagnósticos
Josiane Brunetti Cani

Infraestrutura
Daniel Farinelli Leite
Ivana Souza Marques
Renata Morandi Lóra

Economia
Thais Maria Mozer
Tatiana Candeia da Silva Fortunato
Leandro Glaydson da Rocha Pinho
Bruno Kapitsyki Barbieri

Aspectos Sociais
Carolina Llanes Guardiola
Danielle Santos do Nascimento Seddon
Ellen Luci Brunelli Pessoa
Leandro de Souza Lino

Meio Ambiente
Patrícia Pereira Gonoring
Gustavo Soares de Souza

Gestão Territorial e Pública
Leandro de Souza Lino
Renata Morandi Lóra

Georreferenciamento
Renata Morandi Lóra

Iniciação científica
Aline Athayde Scardua
Cesar Augusto Maforte Arruda
Ester da Silva Nunes
Fernanda Broetto Rocha
Gabriela Sales do Espírito Santo
Ícaro Pretti Rossi
Joel Jonas Loureiro Faria
Juliana de Souza Freitas
Naraline Cesconetto Bertolazi
Nathan Marçal Melotti
Samuel de Souza Tessaro
Stefany Sampaio Silveira
Thais Borgo Goggi

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

**SECRETARIA DE ECONOMIA E
PLANEJAMENTO – SEP**

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
– IJSN**

Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos
Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica
Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional
Michele Gasparini de Miranda

Apresentação

Desenhar e executar projetos e programas que resultem em prosperidade e em melhores condições de vida para a população são tarefas desafiadoras para os formuladores de políticas de desenvolvimento e despertam o interesse de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. É nesse contexto que surgem inúmeros estudos e planos de desenvolvimento, em distintos níveis e momentos, com o objetivo de compreender as realidades locais e, assim, apresentar propostas voltadas ao progresso das regiões.

Em maio de 2019, o governo brasileiro aprovou o Decreto nº 9.810, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujos objetivos são reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, mediante a criação de oportunidades que propiciem crescimento, geração de renda e melhoria na qualidade de vida das pessoas. Uma das estratégias fundamentais para a execução do PNDR é a estruturação do sistema de governança do desenvolvimento regional a fim de assegurar a articulação setorial das ações do Governo Federal, a cooperação federativa e a participação social.

Em virtude da legislação federal, ainda em 2019, o Governo do Estado do Espírito Santo se mobilizou para a construção de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável. Para tanto, elaborou um convênio de cooperação técnica entre o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) – órgão vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo –, o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Esse contrato pretende realizar uma pesquisa para subsidiar a construção dos diagnósticos e dos planos de ação que irão compor o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) nas nove microrregiões do interior capixaba.

Este documento, Sumário do Diagnóstico Integrado, referente à Microrregião Centro-Oeste, equivale ao primeiro produto desse convênio, que consiste no levantamento e na análise de dados e informações técnicas necessárias à compreensão do território e posterior adequação e embasamento do plano de ação, abrangendo – conforme o item 6.2 do plano de trabalho anexado ao convênio – as seguintes áreas: Territorial, Ambiental, Social, Econômica e da Gestão Pública.

1. Histórico

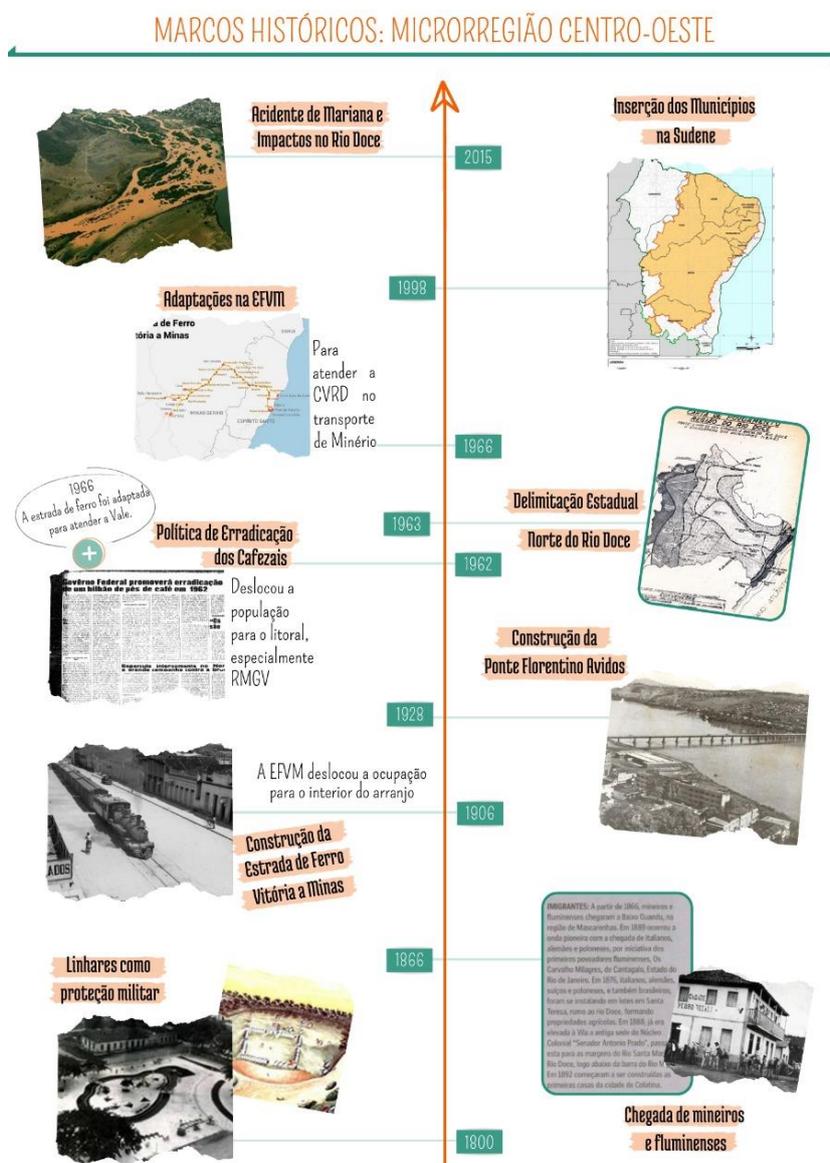
1.1 O Processo de Ocupação na localidade Centro-Oeste

A Microrregião Centro-Oeste do Espírito Santo foi oficialmente criada pela Lei nº 9.768, de 2011, que a constituiu por dez municípios: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, São Domingos

do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério. Essa microrregião faz divisa com o estado de Minas Gerais.

O processo de ocupação e de formação desses municípios pode ser compreendido por alguns marcos históricos, cuja origem ultrapassa os próprios limites territoriais, conforme observado na maioria dos casos. Entre eles, podem-se destacar a facilidade na navegação oferecida pelo Rio Doce, a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas e a construção da rodovia BR-259. Muitos desses eventos, de alguma forma, interferiram na dinâmica regional, seja na da Centro-Oeste ou na de qualquer outra microrregião, principalmente na relação com regiões limítrofes, como a do Rio Doce. Uma síntese dos principais marcos da história da Microrregião Centro-Oeste pode ser observada na Figura 1.

Figura 1: Principais marcos históricos da Microrregião Centro-Oeste



Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

1.2 Atualidades da Microrregião

A Microrregião Centro-Oeste possui uma extensão territorial de 5.606 km² – equivalente a 12,1% do território estadual – e uma população de 285.347 habitantes, que corresponde a 7,0% da população do Espírito Santo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Tais desempenhos significam que essa região apresenta uma densidade demográfica (relação de pessoas por km²) menor que a média estadual.

Além dessas representatividades da Centro-Oeste na totalidade do Espírito Santo, a Microrregião contribui com 5,3% do PIB, 5,9% dos empregos formais e 7,2% dos estabelecimentos formais do Estado (Tabela 1). Com base nesses resultados, e comparando com a participação no total da população capixaba (7,0%), percebe-se que a Microrregião apresenta um dinamismo econômico inferior à sua contribuição populacional, com exceção do caso dos estabelecimentos formais. Essa última situação – ao se considerar a possibilidade de resultados, como a relação de empregos por estabelecimento – indica que o perfil das empresas formais da Microrregião Centro-Oeste apresenta um porte menor, quando comparado aos daquelas localizadas nas demais microrregiões do Estado.

Cabe destacar, ainda, a relevância da Região para situações que envolvem as finanças municipais (indicadas pelas receitas e despesas totais) e comércio exterior (com as exportações e importações), cujas contribuições para as totalidades do Estado também foram inferiores à sua participação na população capixaba.

Tabela 1: Desempenho dos Municípios da Microrregião Centro-Oeste e Participação % no total do Espírito Santo, tendo como base os últimos resultados disponíveis para cada variável

Indicador	Resultados da Região	% no ES
Área (em km ²) (2018) ¹	5.606,13	12,1
População (2020) ²	285.347	7,0
PIB – em milhões R\$ (2017) ³	5.999,06	5,3
PIB per capita – em R\$ (2017) ³	20.923,86	-
Empregos formais (2018) ⁴	76.516	5,9
Estabelecimentos formais (2018) ⁴	11.400	7,2
MEI (2019) ⁵	16.838	6,9
Receita total – em mil R\$ (2018) ⁶	794.093,40	6,6
Despesa total – em mil R\$ (2018) ⁶	758.303,80	6,8
Exportação – valor FOB – em mil US\$ (2019) ⁷	152.229,34	1,8
Importação – valor FOB – em mil US\$ (2019) ⁷	16.008,12	0,3

Fonte: ¹PEADATA (2020); ²IBGE (2020^a); ³IJSN (2020^a); ⁴Ministério da Economia (2020^a); ⁵Portal do Empreendedor (2020); ⁶Aequus Consultoria (2020); ⁷Ministério da Economia (2020b).

Nota: ²A preços médios de 2017.

2. A Microrregião Centro-Oeste: um olhar a partir do Plano de Desenvolvimento ES 2030

Um dos pontos de partida fundamentais para a construção do Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) foi o Plano de Governo ES 2030.

Entre as razões, está o fato de representar um documento atual, uma vez que o período de 2013 – ano de sua publicação – até a atualidade, pode ser considerado relativamente curto para profundas transformações estruturais em uma localidade. Além disso, esse plano foi construído a partir de um levantamento de dados consistente sobre o Espírito Santo e teve como condição a participação social, premissas básicas que norteiam o DRS.

Entre os desejos e as potencialidades indicadas para a Microrregião Centro-Oeste, expressas no ES 2030, estão:

- Ampliar a base de logística existente como forma de acesso ao mercado interno brasileiro, aproveitando-se da existência de um entroncamento logístico e da BR-259;
- Ampliar a interconexão entre os modais existentes;
- Fortalecer os setores de distribuição atacadista e os polos industriais;
- Desenvolver o turismo como uma alternativa de atividade econômica (agroturismo e turismo de aventura);
- Agregar valor à produção local (café conilon, *design*, novas tecnologias e granito); e
- Aproveitar a forte centralidade urbana em Colatina, que se expande além da divisa do Estado com Minas Gerais, para desenvolver os setores de serviços pessoais especializados, como saúde e educação técnica e superior (ESPÍRITO SANTO, 2013, p. 236).

Segundo essas propostas, pautas associadas à logística de transportes, à integração das atividades econômicas e sua agregação de valor, bem como à utilização da centralidade de Colatina para o fortalecimento do desenvolvimento regional então entre as principais questões referentes aos desejos e às potencialidades da Microrregião.

2.1 Visão de futuro regional

Em síntese, a visão de futuro estabelecida para a Microrregião é a de ser

***“forte, integrada, economicamente diversificada e com equilíbrio social”
(ESPÍRITO SANTO, 2013b, p. 238).***

2.2 Demandas da Região

A lista de demandas identificadas para a Microrregião Centro-Oeste, segundo os focos estabelecidos no ES 2030, pode ser analisada no Quadro 1.

Quadro 1: Listagem de Demandas da Microrregião Centro-Oeste

FOCO	DEMANDAS
<p>Capital Social e Qualidade das Instituições</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um Conselho de Desenvolvimento Regional. • Fortalecimento das cooperativas produtivas. • Fortalecimento e ampliação das instituições ligadas à produção regional. • Melhoria da eficiência na oferta dos serviços públicos.
<p>Segurança Cidadã</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de segurança para o cidadão. • Instalação de unidades de Corpo de Bombeiros nas sedes municipais.
<p>Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das escolas de família agrícola. • Ampliação do Sistema S em toda a Microrregião. • Ampliação e fortalecimento das escolas (Ensino Fundamental e Médio) nas zonas rurais destacando as questões ambientais. • Ampliação da oferta de CEMELs (Centros Municipais de Educação Infantil). • Ampliação da oferta de Ensino Fundamental e Médio. • Ampliação da Educação Técnica no campo, respeitando suas particularidades. • Associação de programas de capacitação aos programas de distribuição de renda, com a oferta de oportunidade de trabalho. • Capacitação de empreendedores na área de gestão. • Capacitação de técnicas agrícolas para os produtores da região. • Criação de Instituto Tecnológico voltado para as atividades da Microrregião. • Implantação da Instituição de Ensino Técnico e Superior para as atividades do campo na Microrregião. • Implantação de uma universidade pública. • Utilização do Pronatec como modelo para criação de cursos voltados para atividades profissionais locais.
<p>Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação das atividades esportivas. • Ampliação do Programa de Saúde da Família (PSF). • Ampliação das especialidades laboratoriais e médicas ofertadas nos hospitais da Microrregião. • Ampliação do número de polos que concentram o serviço de saúde de média e alta complexidade. • Constituição de um polo de saúde regional. • Criação de parques municipais. • Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos. • Implantação de postos avançados de saúde com especialidades. • Implantação de programas para a 3ª Idade.
<p>Infraestrutura, Logística e Comunicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso de 100% da população à internet e telefonia e acompanhamento de novas tecnologias. • Ampliação da malha ferroviária, garantindo conexões férreas de integração nacional. • Conclusão dos Caminhos do Campo. • Construção de aeroporto regional com linhas comerciais. • Construção de anel rodoviário nos principais municípios. • Duplicação da BR 259 e conexão com a BR 116. • Melhoria da interligação de municípios, com a construção de pontes e caixas secas. • Melhoria da mobilidade urbana. • Melhoria da infraestrutura/logística interna da Microrregião. • Utilização do Rio Doce e do Cricaré como hidrovias.

**Ciência,
Tecnologia
e Inovação**

- Desenvolvimento de tecnologias agrícolas.
- Disseminação de programa de acessibilidade à inovação tecnológica no campo.

**Energia,
Petróleo
e Gás**

- Ampliação de rede de energia elétrica trifásica.
- Criação de programas para a geração de energia solar e captação de água da chuva.
- Incentivo ao uso de energias alternativas e diversificação da matriz energética.

**Rede de
Desenvolvimento
Regional**

- Construção de centros culturais nos municípios.
- Criação de programas para estimular as atividades culturais dos jovens, com destinação orçamentária.
- Desenvolvimento do agroturismo e do turismo de aventura e histórico.
- Envolvimento das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família nos projetos relacionados à saúde e à educação.
- Fortalecimento do programa de previdência social.

**Inserção
Competitiva**

- Ampliação da equipe de assistência técnica na área rural (Incaper e Idaf).
- Ampliação e divulgação do empreendedorismo individual.
- Ampliação e fortalecimento de rede de serviços ligados ao turismo.
- Apoio à comercialização nacional e internacional do café conilon.
- Aumento da divulgação das oportunidades da Microrregião para grandes indústrias.
- Construção do polo industrial de São Gabriel da Palha.
- Criação de shoppings.
- Desenvolvimento da apicultura e piscicultura.
- Desenvolvimento da cadeia produtiva da fruticultura.
- Desenvolvimento da cadeia produtiva do café na Microrregião.
- Distribuição subsidiada de mudas e sementes.
- Divulgação do turismo e formação de profissionais na área.
- Estímulo à produção de artesanato local.
- Financiamento do marketing dos comerciantes locais.
- Fortalecimento da cadeia produtiva de rochas ornamentais.
- Fortalecimento da indústria de confecções.
- Fortalecimento da pecuária leiteira e de corte.
- Fortalecimento dos terminais e polos industriais.
- Integração agrosilvopastoril.
- Potencialização do turismo de aventura, rural e agroturismo, agregando valor com as manifestações culturais.
- Promoção de eventos regionais ressaltando o polo de confecção.

Economia Verde

- Apoio financeiro aos produtores rurais para a recuperação do meio ambiente em suas propriedades.
- Construção de barragens para retenção da água.
- Desassoreamento do Rio Doce.
- Operacionalização do Pagamento dos Serviços Ambientais (PSA).
- Implementação de projetos de preservação de nascentes junto às comunidades.
- Reflorestamento de nascentes e de áreas de preservação ambiental.
- Tratamento adequado dos resíduos da indústria de confecção.

Integração

- Implementação do programa de cooperação com Minas Gerais.

Fonte: Espírito Santo (2013b, p. 239-243).

3. Governança do projeto Desenvolvimento Regional Sustentável: os Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS)

3.1 Da criação dos CDRS

Conforme mostrado no item anterior, uma das demandas da Microrregião Centro-Oeste manifestadas no Plano de Governo ES 2030 foi a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Em 2019, a Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo (Sedes) criou os nove Conselhos de Planejamento e Articulação Regional (CPAR), futuramente denominados Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS). Na época, a Sedes coordenava a política de desenvolvimento estadual em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti)¹, a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), a SEP e o IJSN.

O CDRS da Microrregião Centro-Oeste foi instalado no dia 01 de agosto de 2019, na cidade de Colatina, segundo consta no documento elaborado pela Sedes (2019). Para melhor cumprimento das atribuições dos CDRS, os Conselhos devem instituir Câmaras Temáticas, compostas por membros dos referidos Conselhos, “responsáveis por estudos de aprofundamento de entendimentos referente a assuntos relevantes para a microrregião” (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2020). O Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável da Microrregião Centro-Oeste possui três Câmaras Temáticas: Infraestrutura Rural e Urbana, Segurança Hídrica e Desenvolvimento Econômico.

O Conselho é parte fundamental do projeto DRS, uma vez que é ele que possui a atribuição de criar mecanismos de articulação entre programas, projetos e recursos públicos que tenham impacto sobre o desenvolvimento regional. Além disso, os conselheiros, em sua maioria, são moradores e, portanto, conhecem as

¹ A Sedes e a Secti foram integradas na atual Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (Sectides).

particularidades do território, o que facilita a identificação das necessidades locais, bem como a proposição e a busca por soluções, isso tudo com o envolvimento de diferentes atores.

Em termos gerais, evidenciou-se a necessidade de fortalecimento dos CDRS. Aspectos como a pandemia do coronavírus, o lapso temporal entre a instalação dos Conselhos e sua regulamentação e as eleições municipais contribuíram para que, atualmente, esses conselhos não estejam muito bem articulados. É possível acrescentar a esse cenário o fato de que pensar e desenhar políticas de desenvolvimento para regiões consiste um desafio, já que o país é dividido em três níveis administrativos (federal, estadual e municipal) e os recursos públicos são alocados nessas três instâncias.

Nesse sentido, a fim de viabilizar a melhor atuação dos CDRS, sugere-se a elaboração de uma metodologia didática que facilite a comunicação e a condução dos trabalhos junto a esses conselhos. Este estudo aponta, ainda, ser importante ter conselheiros como representantes efetivos do poder público municipal, além de outras ações, como estimular a participação ativa da sociedade civil nesses espaços e desenhar um Fundo de Desenvolvimento Regional para financiar as ações prioritárias nas regiões. Cabe salientar a relevância da implementação dessas ações no âmbito coletivo, pois é preciso maior envolvimento das lideranças locais nos Conselhos para que os programas, projetos e ações demandadas para a Microrregião contemplem os anseios da população. A lista de ações prioritárias levantadas contempla elementos importantes para o desenvolvimento da Microrregião, mas precisa ser revista de forma contínua, no sentido de se buscar e/ou envolver atividades multisetoriais e com capacidade de geração de resultados futuros para a Região.

3.2 Síntese das evidências das câmaras temáticas do CDRS Centro-Oeste

No Centro-Oeste, o CDRS possui três Câmaras Temáticas e foram todas ouvidas durante a elaboração do Diagnóstico.

As reuniões com a Câmara Temática de Infraestrutura Logística e Rural evidenciaram que as estradas da Microrregião são um dos principais gargalos, na opinião dos membros. Essa demanda é latente, pois há sete anos o ES 2030 já apontou a necessidade de melhoria das vias. Além disso, uma das ações prioritárias apontadas foi a duplicação de alguns trechos da BR 259, ação também mencionada na Câmara de Desenvolvimento Econômico. Apesar de estimulada a discussão para outros aspectos infraestruturais, como energia e telecomunicações, os apontamentos giraram em torno das estradas. E cabe ressaltar que a Ferrovia Vitória-Minas não foi citada pelos conselheiros.

Quadro 2: Síntese dos apontamentos ocorridos na Câmara Temática Infraestrutura Rural e Urbana em reunião com a equipe do DRS

1. Pavimentação das rodovias e estradas vicinais identificadas pelo grupo a fim de facilitar a atividade logística e o turismo.
2. Melhoria imediata na manutenção das vias da Região, principalmente no interior, para viabilizar as atividades produtivas, sobretudo o turismo em São Pedro Frio, em Colatina.
3. Duplicação de trechos da BR 259, demanda já apontada em 2013, no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030.
4. Das 24 ações prioritárias indicadas na Câmara de Infraestrutura, dez se referem ao Programa Caminhos do Campo, no que diz respeito à pavimentação das estradas vicinais e ao tráfego de trânsito local.
5. Necessidade de organização de consórcios entre municípios para solucionar as questões de saneamento.
6. Algumas questões citadas referentes à infraestrutura fazem parte dos projetos de compensação da Fundação Renova para a Região.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

Na Câmara Temática de Segurança Hídrica, os apontamentos demandaram ações articuladas entre os setores privado e público para solucionar a problemática hídrica, uma vez que esta é uma questão complexa e não deve ser resolvida de forma isolada. O Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) foi reconhecido como importante na assistência das questões agrícolas, mas os conselheiros indicaram ser necessário ampliar suas atividades de assistência técnica para todas as localidades rurais. Destacou-se, também, que promover o fortalecimento desta Câmara e a interação junto às demais das microrregiões próximas pode aumentar o seu potencial de ação nas questões hídricas dos municípios, já que boa parte dos recursos naturais, como rios, ultrapassa os limites administrativos das localidades.

Quadro 3: Síntese dos apontamentos realizados na Câmara Temática Segurança hídrica em reunião com a equipe do DRS

1. Construção de pequenos barramentos nos Rios Santa Maria, Santa Joana, Pancas e Rio Doce.
2. Destinação de mais recursos estaduais aos municípios para a construção de caixas secas, que são reservatórios artificiais feitos nas margens das estradas para captação de água das chuvas.
3. Reflorestamento nas áreas degradadas com o intuito de recuperar esses locais e parte do potencial hídrico na Microrregião, além de proteger as nascentes.
4. Realização de um estudo técnico para a construção de barragens.
5. Carência de maior participação das concessionárias de água no planejamento e na execução das ações locais.
6. Sugestão de um estudo sobre a utilização do território na Microrregião, em função da percepção de que boa parcela da extensão territorial precisa ser recuperada ou é ocupada para pastagens com baixa produtividade.
7. Compreensão de que deve haver maior participação dos comitês de bacia.
8. Pensar ações de longo prazo para solução dos desafios hídricos, como exemplo foram citados os sistemas de remunerações, isto é, passar a cobrar pelo uso da água com finalidade econômica.
9. Os problemas hídricos são comuns às áreas rurais e urbanas, o que demanda ações em todo o território.
10. Existe a sensação de que nem todas as ações governamentais planejadas são de fato executadas.
11. Solicitação de que a amplitude da assistência do Incaper na Microrregião seja avaliada, pois há queixas acerca da deficiência de sua atuação em algumas localidades.
12. Necessidade de ações integradas entre os setores público e privado para solucionar as questões ambientais, incluindo uma maior participação das organizações não-governamentais.
13. Já existe uma iniciativa advinda de grupos de produtores rurais e de empresários com ações voltadas ao enfrentamento da crise hídrica. Entre elas, estão a construção de barragens e atuação de grupos de empresários no reflorestamento junto ao Programa Eco.
14. Percepção da falta de recursos municipais para segurança hídrica. Como a solução para

essa demanda ultrapassa os limites territoriais das cidades e da própria Microrregião, é necessário o envolvimento de outros atores e/ou a captação de recursos em outros níveis federativos.

15. O Programa Reflorestar foi visto como ação de longo prazo importante para a segurança hídrica na Microrregião.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

Por fim, na Câmara Temática Desenvolvimento Econômico, as questões de maior destaque foram o desejo de duplicação de trechos da BR 259 e a necessidade de pavimentação de estradas no interior. Para os conselheiros, essas são ações estratégicas para o desenvolvimento das atividades produtivas e para uma maior competitividade regional. Compreendem, ainda, que o turismo representa uma boa oportunidade no setor econômico e precisa ser melhor explorada, principalmente em São Pedro Frio e Pancas. Além disso, setores como Educação e Saúde são concebidos como vetores importantes para alavancar o desenvolvimento da Microrregião, sendo todas as ações articuladas num *hub* de inovações que permita o desenvolvimento de produtos com alto valor agregado e, assim, desperte outros setores com potencial de investimento nessa região.

Quadro 4: Síntese dos apontamentos realizados na Câmara Temática de Desenvolvimento Econômico em reunião com a equipe do DRS

Evidências
1. Necessidade de duplicação de trechos da BR 259.
2. Estimular o desenvolvimento a partir das vocações endógenas, principalmente o café, considerado de valor para a agricultura local.
3. Investir na reformulação do setor de confecções da Região.
4. O turismo foi considerado uma oportunidade para o desenvolvimento econômico regional.
5. Ampliar a base logística é uma necessidade para o fortalecimento da economia local.
6. Fortalecer o comércio atacadista e os polos industriais da Região.
7. Agregar valor ao granito.
8. Utilizar as tecnologias para o aumento da produtividade.
9. Criar um <i>hub</i> de inovação na Microrregião.
10. Governos estadual e municipal devem oferecer infraestrutura para o funcionamento das cooperativas locais.
11. Promover a cultura colaborativa nos municípios.
12. Existe a percepção de que a Microrregião possui uma boa cobertura de saúde.
13. A demanda educacional apresentada pela Região ainda é superior à oferta.
14. Necessidade de oferta de cursos que priorizem a vivência da realidade nas áreas rurais.
15. A percepção é que os índices de violência são relativamente baixos na Microrregião, o que está em consonância com os indicadores de 2011 a 2019 para a localidade, os quais apresentam queda.
16. Construção de represa no Rio Doce à jusante da cidade de Colatina, em Maria Ortiz.
17. Melhorar a infraestrutura de telecomunicações, especialmente nos municípios menores, onde há maior demanda.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

4. Evidências dos eixos temáticos

Este item tem como objetivo apresentar uma síntese das aspirações sociais e alguns indicadores selecionados por eixo temático, considerando que a gestão pública atravessa os demais eixos.

4.1 Eixo Temático – Território/Infraestrutura

Além da preocupação com a situação das estradas – recorrente em todas as entrevistas –, questões referentes a saneamento, habitação, energia e telecomunicações foram mencionadas como carentes de melhorias no território. No que diz respeito ao saneamento, lideranças locais demonstraram inquietação quanto ao problema do esgotamento rural, nos níveis doméstico e industrial. Além disso, foi mencionada uma preocupação com os *déficits* habitacionais, o crescimento da mancha urbana – especialmente em Colatina – e o ordenamento territorial. Tais questões tendem a ganhar maior atenção no cenário pós-pandemia, uma vez que essa situação ampliou a demanda por projetos e reformas, bem como o número de pessoas que migraram para municípios do interior.

As entrevistas apontam que a pauta central da infraestrutura no Centro-Oeste refere-se às solicitações por melhoria nas estradas vicinais e pela duplicação de trechos da BR 259, exigências que já constavam no Plano de Desenvolvimento ES 2030. A integração da estrutura logística também é considerada fundamental para o desenvolvimento econômico da Microrregião, pois parte da população observa um estado de estagnação nesse setor. A seguir, o Quadro 5 apresenta a composição multimodal da rede viária da Microrregião Centro-Oeste.

Quadro 5: Rede Viária da Microrregião Centro-Oeste

Infraestrutura Econômica - Sistemas de Transportes				
São 24 rodovias com extensão total de 1.018,47 km				
São 720 estradas vicinais com extensão total de 3.616,92 km				
Uma ferrovia com 85 km, passando por dois municípios da Microrregião				
Nome		Extensão	Municípios	
Estrada de Ferro Vitória-Minas		85 km	Colatina e Baixo-Guandu	
Aeroviário				
Nome	Extensão/Larg.	Administração	Município	Pavimento
Aeródromo de Colatina	1.300m / 30m	Privado	Colatina	Asfalto
Aeródromo de Baixo Guandu	1.200m / 30m	Privado	Baixo Guandu	Asfalto

Fonte: IJSN – Painel Infraestrutura (2020).

Já no que diz respeito às questões ligadas a telecomunicações, destaca-se que os serviços desse setor são fundamentais para o desenvolvimento de todos os setores produtivos, uma vez que perpassam todos os eixos. Os dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), apresentados ao longo do Diagnóstico, e as falas dos atores locais indicaram que os municípios da Microrregião carecem de melhor cobertura dos serviços de telecomunicações, especialmente nas áreas mais afastadas das sedes municipais.

Com relação à energia, as principais reclamações referem-se ao alto custo e à instabilidade na rede de energia. Segundo os entrevistados, há registros de quedas de energia, o que eventualmente ocasiona queimas de equipamentos

empresariais. Além disso, há uma expectativa para o desenvolvimento sustentável a partir da geração de energias renováveis na Microrregião, especialmente a solar, mas os relatos indicam que os incentivos na área ainda são escassos.

Quadro 6: Síntese das Aspirações Eixo - Infraestrutura

Mapear as estradas vicinais e identificar as vias prioritárias para pavimentação.
Duplicar trechos da BR 259.
Integrar a infraestrutura da Região aos demais estados e distribuir insumos para as outras microrregiões do Estado.
Construir a 3ª Ponte de Colatina.
Melhorar a infraestrutura das redes de telecomunicação e de energia.
Incentivar o uso de energias renováveis, especialmente a solar.
Ampliar a cobertura de saneamento básico.
Instituir programas em parcerias com associações para tratamento do saneamento rural.
Instituir consórcios municipais para solução das questões relacionadas ao saneamento básico.
Organizar a disposição dos armazéns na Microrregião.
Elaborar um planejamento da expansão territorial da Microrregião.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

4.2 Eixo Temático - Economia

Embora o Produto Interno Bruto (PIB) da Microrregião tenha apresentado um leve aumento nos últimos anos, lideranças e moradores locais relatam que a sensação é de estagnação econômica. Segundo os entrevistados, o desemprego é a situação mais preocupante na Microrregião Centro-Oeste, sendo citada por cerca de 50% dos entrevistados, enquanto a ausência de espaços de lazer foi mencionada por aproximadamente 48% dos interlocutores. Já a falta de desenvolvimento foi a terceira questão mais citada, estando presente na fala de quase 40% dos entrevistados².

As evidências apontam que os atores locais acreditam no potencial de desenvolvimento da Microrregião. Na agricultura, destacaram o café como produto de alto potencial econômico e que necessita de maior investimento na produção e valorização por parte dos agricultores. Nas palavras de um entrevistado: *é preciso agregar valor à nossa joia, o café*. Também foi pontuada a necessidade em se diversificar a produção agrícola. Sobre os aspectos anteriores mencionados, cabe destacar que o Incaper desempenha papel importante, mas precisa melhorar suas atividades de extensão e de assistência aos agricultores, conforme foi mencionado pelos atores locais. Questões como o investimento em incentivos financeiros para a agricultura e a garantia da compra direta do pequeno agricultor também foram ressaltadas.

No âmbito da indústria, há uma percepção geral de que a Microrregião possui um bom ambiente para a atração de plantas industriais. A Microrregião apresenta uma estrutura de oferta de equipamentos públicos nas áreas de saúde e educação, além de dispor de uma localização geográfica privilegiada, com a quase totalidade de seu território na área da Sudene, o que a

² Em virtude da pandemia, houve dificuldades na busca de dados oficiais para confrontar tais informações.

proporciona receber incentivos governamentais que, quando utilizados, mostram-se importantes para a atração de plantas industriais. Apesar desse cenário, os entrevistados relatam que os investimentos no setor industrial não chegam e, por isso, precisam ser fortalecidos na Região. Sobre isso, cabe ressaltar que a Microrregião conta com setores industriais consolidados, tais como o de confecções e de rochas ornamentais, mas que precisam ser otimizados, especialmente o primeiro, por conta da acirrada concorrência com o mercado chinês.

No setor de comércio e serviços, os serviços de educação e de saúde foram os mais recorrentes nas falas dos entrevistados. A Região conta com centros educacionais que recebem estudantes de todo o Brasil, dois Ifes e uma instituição privada de ensino, que é considerada referência nos cursos na área da saúde e está situada em Colatina. Vale destacar a centralidade desse município, também protagonista em termos de saúde, uma vez que sua rede hospitalar atende também outras 18 cidades, o que proporciona renda para o município.

Enquanto o serviço de educação foi o mais considerado para fomentar a formação da mão de obra local, os de saúde e de turismo foram os mais mencionados como potencializadores da geração de negócios na Microrregião. Especialmente no caso do turismo, há uma expectativa de desenvolvimento em pelo menos três localidades mais citadas: 1) São Pedro Frio; 2) Pancas e 3) Baixo Guandu.

Conforme mencionado ao longo do diagnóstico, as potencialidades turísticas da Microrregião são significativas, uma vez que possui atrativos naturais em quase todos os dez municípios e uma riqueza cultural ainda pouco explorada. Em 2018, as atividades turísticas na Região registraram 1.878 postos de trabalho formais, que produziram uma massa de salários de pouco mais de R\$ 2 milhões, valor considerado pouco expressivo em relação ao potencial da localidade.

Ainda neste eixo temático da Economia, observa-se que os aspectos referentes à Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) merecem atenção especial. A Microrregião demanda desde inovações de menor complexidade, de baixo custo e de alto impacto social a inovações na vanguarda do conhecimento. Para planejar um desenvolvimento sustentável da Microrregião para os próximos 15 anos, é necessário que dirigentes de todos os segmentos produtivos estejam conscientes das demandas contemporâneas e atuem de forma conjunta. Dessa maneira, temas relacionados à sustentabilidade, às mudanças climáticas e à indústria 4.0 precisam estar na pauta das lideranças empresariais, sendo que as instituições de ensino e pesquisa desempenham um papel fundamental na propagação desses conhecimentos.

Os resultados deste estudo apontam que os gestores locais devem organizar o sistema de C,T&I da Microrregião e incentivar o trabalho em rede. O diagnóstico levantou uma série de pesquisas desenvolvidas na Região referentes à segurança hídrica, uma temática que apresenta impactos diretos no setor produtivo. Nesse sentido, o setor de C,T&I deve possuir uma gestão local sintonizada com as redes de pesquisadores.

Diante desse contexto, atesta-se que gestores locais capacitados para a escrita de projetos, bem como a mútua interação entre empresas e o Governo do Estado são maneiras de viabilizar recursos para o desenvolvimento da Microrregião. Há, ainda, instituições que ofertam fundos de investimentos, como o Bandes, além das possibilidades de articulação junto à Sedes, ao Banco do Nordeste, ao Sicoob, entre outros. São ações integradas para o desenvolvimento, baseadas no planejamento e na compreensão das vocações locais.

Quadro 7: Síntese das Aspirações- Eixo Economia

Criar novas linhas de crédito para empresários e fortalecer/ampliar a divulgação das já existentes.
Reduzir a burocracia nas linhas de crédito atuais.
Manter os incentivos fiscais Compete e Investe.
Criar um plano sólido de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Microrregião.
Promover maior articulação com as instituições de desenvolvimento, como o Bandes.
Desenvolver programas para o fortalecimento da agricultura na Região, com foco na sustentabilidade.
Fomentar programas que garantam a compra dos produtos advindos da agricultura familiar.
Agregar valor à produção local, com atenção especial ao café e ao granito.
Promover o intercâmbio de conhecimento sobre as tecnologias entre os municípios maiores e menores.
Diversificar a produção agrícola.
Estimular a cultura cooperativista e a economia solidária.
Ampliar as atividades de extensão e de assistência técnica do Incaper na Microrregião.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

4.3 Eixo Temático - Social

Erradicar a pobreza é o primeiro dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o Plano de Desenvolvimento ES 2030, há bolsões de pobreza expressivos na Microrregião. Estima-se, a partir de dados do CadÚnico de 2019, que cerca de 65 mil pessoas vivem em condição de pobreza nessa região, dos quais 31 mil estão em situação de extrema pobreza, isto é, sobrevivem com menos R\$146,90 por mês. Após sete anos da elaboração desse documento, a situação não mudou muito, pois a população ainda continua dependente de programas sociais de transferência de renda.

A oferta dos serviços de saúde, de educação e de segurança evoluiu nos últimos anos. A centralidade de Colatina na oferta de infraestrutura em saúde, com hospitais que extrapolam as fronteiras da Microrregião e do Estado, foi ressaltada por boa parte dos entrevistados, que citaram as demandas pelos serviços de média e de alta complexidade. A partir de dados levantados no Eixo Gestão Pública, observou-se que a média de gastos públicos *per capita* da Microrregião é superior à média do Estado. No entanto, cabe destacar que a mesma assistência em saúde não é válida para todos os municípios e distritos do interior, uma vez que esses serviços se apresentam escassos em algumas localidades. Assim, a destinação de mais investimentos na infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde é um desejo coletivo dos atores sociais locais.

Na realidade da educação na Microrregião, o número de escolas de educação infantil e de ensino fundamental diminuiu, o que foi sentido pela população, sobretudo a rural. Quanto às demandas para a educação no campo, as falas solicitam a manutenção das Escolas Rurais e a adoção da Pedagogia da Alternância³, um método de ensino que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano. Observa-se uma preocupação geral com a continuidade da disponibilidade de mão de obra e com a qualidade de vida no campo. De acordo com os relatos, é comum a prática de se desmembrar uma propriedade rural em pequenos lotes (chácaras), a serem vendidos a preços abaixo do valor de mercado, quando os filhos dos proprietários não desejam dar continuidade ao negócio da família em decorrência da falta de infraestrutura. Isso favorece a “favelização do campo” e a pressão por mais cobertura de serviços públicos.

Por outro lado, a percepção dos atores locais acerca da oferta para os ensinos médio, técnico e superior é menos crítica em relação aos outros níveis educacionais. Eles destacaram os dois Ifes – campus Colatina e campus Itapina – e a Unesc, também situada em Colatina, como protagonistas na Região. Contudo, salientaram a necessidade de investimento em formação de técnicos agrícolas, bem como em cursos de formação continuada nas áreas agrícola, de confecções e da construção civil, as quais concentram atividades essenciais na Microrregião.

Segundo informações do CadÚnico, há mulheres em situação de alta vulnerabilidade social na Região, o que permite afirmar que a formação continuada possui um papel relevante na inclusão social do público feminino. Assim, o trabalho de conscientização e a oferta de cursos de capacitação de curta duração voltados a esse grupo a fim de garantir melhores condições de vida são ações necessárias no interior do Estado.

Já o quesito segurança é avaliado, de uma maneira geral, como positivo, uma vez que tranquilidade e segurança foram classificados entre os três melhores aspectos da Microrregião, sendo o primeiro apontado por 64% dos entrevistados e o segundo por 27% deles. Entretanto, a segurança nos distritos das cidades foi criticada. De acordo com os respondentes, é necessário ampliar o funcionamento da patrulha rural e proporcionar melhor infraestrutura aos profissionais da segurança pública, pois há relatos de dificuldades na realização da ronda nas áreas agrícolas locais.

Ao serem questionados sobre o que a Microrregião possui de pior, 48% dos interlocutores mencionaram o item “opções de lazer”, o segundo mais citado. A percepção geral é que a Região possui potencialidades no que diz respeito à valorização da cultura e ao turismo, tendo em vista as belezas dos Pontões Capixabas, o pôr do sol de Colatina, a “Suíça Colatinense” – como é conhecida a localidade de São Pedro Frio –, além das potencialidades de Baixo Guandu e de Pancas para o turismo de aventura. No entanto, ainda há deficiência de

³ Trata-se de “[...] um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar” (LORENZONI, acesso em 20 mai. 2021).

infraestrutura necessária para viabilizar o desenvolvimento dessas atividades, tendo em vista as más condições das estradas, a insegurança hídrica e a baixa qualidade das telecomunicações, o que impossibilita que muitas atividades de lazer agreguem valor à produção e tornem o interior atrativo para os jovens.

Este estudo também indica que há uma tendência da população dos grandes centros migrarem com mais frequência para as cidades menores e para os distritos, o que exige mais recursos públicos para essas localidades. Diante disso, são necessárias estratégias para a preservação da cultura do campo e da qualidade de vida dos moradores, na tentativa de impedir ocupações desordenadas que possam ocorrer em função do êxodo urbano, fenômeno que também pode acarretar tráfico de drogas e elevação dos índices de violência.

Quadro 8: Síntese das Aspirações do Eixo Social

Fortalecer a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde, sobretudo nos distritos da Microrregião.
Aumentar a oferta de creches e de escolas do nível fundamental.
Criar escolas agrícolas.
Instituir a Pedagogia da Alternância nas Escolas Rurais.
Melhorar a infraestrutura dos equipamentos educacionais, sobretudo os rurais.
Ofertar cursos de nível técnico e superior de acordo com a vocação regional.
Ofertar cursos de formação continuada voltados para as áreas da construção civil, do turismo e de confecções.
Criar políticas específicas para a inclusão social das mulheres.
Ampliar a infraestrutura das patrulhas rurais e destinar mais recursos para as atividades de custeio dos profissionais da segurança pública.
Fomentar atividades culturais.
Identificar as potencialidades regionais para a promoção de atividades e de equipamentos de lazer.
Detectar as oportunidades para o desenvolvimento da Região e estimular a criação de rotas turísticas.
Criar políticas para os jovens, com ações econômicas e culturais, por exemplo, a reativação do Centro de Referência da Juventude.
Criar políticas de apoio à fixação das pessoas no campo.
Inserir programas da Fundação Renova na estratégia de desenvolvimento social.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

4.4 Eixo Temático - Ambiental

A segurança hídrica constitui um tema fundamental para o desenvolvimento da Microrregião Centro-Oeste. A quase totalidade dos entrevistados destacou que a Região sofreu com fortes chuvas, em 2013. Em seguida, ocorreu um longo período de seca – de 2014 a 2017 –, o que impactou a economia local de forma significativa. E foi nessa época de seca que ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (MG), em 05 de novembro de 2015, trazendo impactos profundos sobre o Rio Doce, que já vinha sofrendo degradações. Diante disso, é possível afirmar que esse conjunto de acontecimentos trouxe efeitos negativos aos produtores rurais e urbanos da Microrregião.

Neste estudo, esses três eventos são denominados trilogia hídrica. Sobre isso, é importante destacar que a falta de água decorrente do período de seca e os impactos causados pelas fortes chuvas de 2013 marcaram o imaginário social.

Já o rompimento da barragem de rejeitos apareceu com menos frequência nas falas das lideranças e dos moradores da Região em comparação aos dois primeiros fatores.

Para boa parte dos entrevistados, o rompimento da barragem em Mariana trouxe sérias consequências ao Rio Doce, que já apresentava histórico de degradação ambiental. Os entrevistados apresentam expectativas para a realização das ações de reparação que foram anunciadas e anseiam pela criação de um amplo programa de recuperação do Rio Doce. Contudo, existe a percepção de que essas ações reparadoras estão morosas.

O período de seca, em um contexto de crise econômica, agravou a situação financeira dos moradores locais, especialmente os produtores rurais familiares, a partir do último trimestre de 2014. Há relatos de que uma parcela considerável deles não conseguiu pagar dívidas bancárias, sobretudo financiamentos referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Entre as aspirações coletivas para a Microrregião estão a recuperação de nascentes, o reflorestamento de áreas degradadas e a execução de ações voltadas ao armazenamento adequado de água. Segundo uma entrevistada de São Roque do Canaã – uma das cidades que apresenta mais períodos de seca na Microrregião – os produtores separam áreas para reserva de água em suas propriedades. *“Ainda há o pensamento por aqui que se destinar área para barragens está prejudicando as plantações. É menos área para o plantio. Mas sem água não há produção”*.

Além de citarem os programas Reflorestar e Barraginhas como importantes para a Microrregião, alguns entrevistados manifestaram o desejo de que o Estado efetive o pagamento pelos serviços ambientais. Foi salientada, ainda, a necessidade urgente de se estimular a criação de Unidades de Conservação que auxiliem na recuperação do ecossistema, as quais devem ser estudadas por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. A Microrregião Centro-Oeste é considerada uma das mais secas do Estado e possui apenas três Unidades de Conservação. A percepção da população local é que existe uma riqueza ambiental que está ameaçada.

É relevante mencionar que os respondentes também registraram o anseio coletivo em relação ao incentivo às fontes de energia renováveis, especialmente a solar, e à cobertura de saneamento básico na localidade.

Por fim, os relatos evidenciaram o interesse pelo ensino da agroecologia e a promoção da agricultura orgânica a partir de uma perspectiva ecológica para todos, especialmente para as crianças. Nesse sentido, o desejo é a difusão de uma visão mais ampla, que seja capaz de agregar diversos conhecimentos e saberes populares e tradicionais decorrentes das experiências dos agricultores familiares, bem como de comunidades tradicionais e camponesas.

Quadro 9: Síntese das Aspirações do Eixo Temático Ambiental

Criar um programa amplo de recuperação do Rio Doce.
Recuperar as nascentes.
Promover o reflorestamento das áreas degradadas.
Realizar estudos técnicos para a construção de barragens.
Executar ações voltadas para o armazenamento de água.
Fortalecer os programas Barraginhas e Reflorestar.
Criar programas voltados para o ensino da Agroecologia.
Criar ações voltadas à preservação dos rios dos municípios da Microrregião.
Criar programas para a geração de energias renováveis.
Incentivar a criação de Unidades de Conservação na Microrregião.
Estruturar e fortalecer os Comitês de Bacia.
Gerar estratégias para a integração entre as ações das agências responsáveis pelos serviços de tratamento e de distribuição de água na Região.
Efetivação do pagamento por Serviços Ambientais.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

5. Proposição da matriz SWOT para a Microrregião Centro-Oeste

A matriz SWOT é uma ferramenta estratégica muito utilizada para a análise e comparação de cenários e, desse modo, pode auxiliar na tomada de decisões. Diante da Matriz Swot construída no Plano de Desenvolvimento ES 2030 e das aspirações evidenciadas nas entrevistas ao longo deste estudo, a seguir, propõe-se a Matriz SWOT para a Microrregião Centro-Oeste.

Quadro 10: Matriz SWOT Proposta para a Microrregião Centro-Oeste

Pontos Fortes	Oportunidades
Homogeneidade da base histórico-social (imigração e pequenas propriedades rurais).	Turismo como uma alternativa de atividade econômica (agroturismo e turismo de aventura).
Forte centralidade urbana em Colatina, que se expande para além das fronteiras do Estado.	Ampliação da base de logística existente como forma de acesso ao mercado interno brasileiro (entroncamento logístico, duplicação da BR-259, maior interconexão entre os modais existentes).
Amplios conhecimento produtivo e diversidade econômica.	Fortalecimento do comércio atacadista e dos polos industriais.
Base logística em potencial.	Educação para o trabalho e o empreendedorismo (associativismo e cooperação).
Pertencimento à região da Sudene.	Agregação de valor à produção local (café conilon, <i>design</i> , novas tecnologias, granito).
	Desenvolvimento de <i>design</i> como agregador de valor da produção local.
Pontos Fracos	Ameaças
Êxodo rural.	Degradação ambiental, insegurança hídrica e mudanças climáticas.
Forte dependência de programas de transferência de renda.	Alta concorrência do setor de confecção com o mercado internacional.
Baixa descentralização de serviços públicos.	Dependência do granito e do café no mercado internacional.
Baixo acesso à comunicação (internet, telefonia móvel).	Escassez de mão de obra para atividades agrícolas.
Baixos adensamento e agregação de valor das cadeias produtivas.	Dependência de transferências governamentais e elevada carga tributária.
Baixa coesão entre as instituições em nível regional.	Não intervenção no setor logístico.
Déficit de técnicos especializados e baixa qualificação de mão de obra.	Lento processo de recuperação do Rio Doce e execução tardia dos programas de reparação ambiental.
Baixo dinamismo econômico em relação ao Estado como um todo.	Efeitos duradouros da Pandemia.

Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

6. Considerações finais

Este diagnóstico denota que a Microrregião Centro-Oeste possui muitas potencialidades nos variados aspectos – ambiental, territorial, turístico, social e econômico – evidenciadas tanto nos dados estatísticos e indicadores apresentados quanto nas entrevistas realizadas com atores locais. Nesse sentido, as políticas devem ser pensadas a partir de ações integradas que envolvam os poderes público e privado e a população em geral, com vistas ao aproveitamento das oportunidades para o desenvolvimento local.

Por outro lado, este estudo aponta que a Microrregião possui fragilidades no que compete à infraestrutura, ao meio ambiente (questão hídrica e baixa cobertura florestal) e à desigualdade na disposição de recursos e de equipamentos públicos entre os municípios da Região. Além disso, por ser uma localidade baseada, em grande parte, na agricultura, são necessários incentivos e investimentos para que população – incluindo os jovens – queira permanecer na cidade de origem.

Nesse contexto, conclui-se com a afirmação de Atkinson (2016, p. 26): “depois do Diagnóstico, vem a ação”. O atual cenário, portanto, demanda propostas que,

juntas, poderiam mover nossas sociedades em busca de um nível significativamente menor de desigualdade. Isso abrange muitas áreas da política e não se restringe à redistribuição fiscal - por mais importante que ela seja. A redução da desigualdade deveria ser uma prioridade de todos. Dentro do governo, ela diz respeito ao ministro responsável pela ciência tanto quanto ao ministro responsável pela proteção social; diz respeito à política de concorrência tanto quanto à reforma do mercado de trabalho [...] (ATKINSON, 2016, p. 26).

Referências

AEQUUS CONSULTORIA. **Finanças dos Municípios Capixabas** – 2020. Disponível em: <<http://aequus.com.br/publicacoes/municipios-es/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade: o que pode ser feito?** São Paulo: Leya, 2015.

ESPÍRITO SANTO - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (SEDES). **Desenvolvimento Regional do Espírito Santo**. Conselhos de Desenvolvimento Regionais. Vitória, 2019.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Vitória, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, dez. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 05 ago. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Desenvolvimento Regional Sustentável**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/desenvolvimento-regional>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Painel da Infraestrutura**. Vitória, 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **PIB Municipal**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/assuntos/pib-municipal>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Ipeadata**: População. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 15 set. 2020.

LORENZONI, Ionice. Instituto capixaba tem 30 vagas em pedagogia da alternância. **Ministério da Educação**, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pedagogia-da-alternancia#:~:text=A%20pedagogia%20da%20altern%C3%A2ncia%20%C3%A9,e%20trabalho%20e%20o%20escolar.>>. Acesso em 20 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Exportação e Importação Municípios**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio>>. Acesso em: 13 ago. 2020b.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Relação Anual de Informações Sociais** – RAIS. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/>>. Acesso em 05 ago. 2020a.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.